

**O dilema pessimista
do futuro da filosofia**



João Carlos Silva

2016

www.lusosofia.net





LUSOSofia:press

Covilhã, 2016

FICHA TÉCNICA

Título: *O dilema pessimista do futuro da filosofia*

Autor: João Carlos Silva

Colecção: Artigos LUSOSOFIA

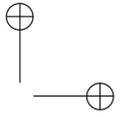
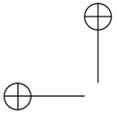
Design da Capa: António Rodrigues Tomé

Composição & Paginação: Filomena S. Matos

Universidade da Beira Interior

Covilhã, 2016





O dilema pessimista do futuro da filosofia

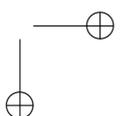
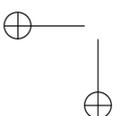
João Carlos Silva

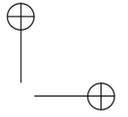
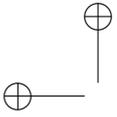
«Assuma que há um número finito de questões filosóficas fundamentais. No futuro distante, tais questões serão ou não satisfatoriamente respondidas ou descartadas (talvez para outras disciplinas ou domínios de investigação). Se tais questões forem satisfatoriamente respondidas ou descartadas, então a filosofia enquanto projecto fundamental de resolução de problemas não terá qualquer futuro. Se tais questões não forem satisfatoriamente respondidas ou descartadas, então nós teremos (ainda mais) uma evidência indutiva muito forte de que elas não podem ser respondidas ou descartadas, caso em que devemos desistir de lhes tentar responder, pelo que a filosofia como projecto fundamental de resolução de problemas não terá qualquer futuro.

Em suma, quer a filosofia faça ou não progressos, o seu futuro não parece lá grande coisa.»

Justin Weinberg

Assumindo que o dilema, seja ele verdadeiro ou falso, levanta um problema metafilosoficamente sério relativamente ao futuro possível da filosofia e à sua viabilidade como disciplina, assim como em relação ao próprio sentido e valor fundamentais do seu



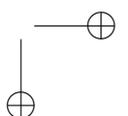
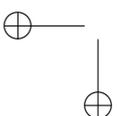


projecto cognitivo, colocando radicalmente em causa se vale ou não a pena prosseguir nessa demanda de tentar responder às questões fundamentais da filosofia, tentemos analisá-lo criticamente, quer dizer, filosoficamente, a fim de apurarmos se o dilema procede ou não, e se, por consequência, faz ou não sentido continuar a filosofar. Caso se trate de um verdadeiro dilema e o argumento que o sustenta seja cogente, isto é, apresente simultaneamente premissas verdadeiras mais evidentes que a conclusão e conclusão válida, então a filosofia e os filósofos ficam em maus lençóis para justificarem racionalmente a sua existência e o seu ofício. Caso se trate de um falso dilema, seja por as alternativas apresentadas não cobrirem por completo o campo das possibilidades, seja por aquelas serem compatíveis entre si, seja por serem individualmente falsas ou duvidosas, então a filosofia e os filósofos podem prosseguir descansados a sua missão de tentar responder às questões fundamentais que a humanidade se coloca a si mesma.

Comecemos por examinar o valor de verdade das premissas:

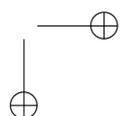
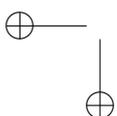
Premissa 1: Existe um número finito de questões filosóficas fundamentais.

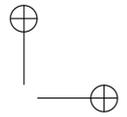
Será verdade? E se for verdade, poderemos sabê-lo com certeza? Será essa tese metafilosófica filosoficamente indiscutível? Como poderemos saber se assim é? Será possível elencar um conjunto finito de questões filosóficas fundamentais que abranja todas as áreas da disciplina e todas as épocas da sua história, reunindo ao mesmo tempo o consenso dos especialistas relativamente ao critério da sua inclusão nessa lista? Talvez sim, talvez não, dada a grande diversidade de opiniões e doutrinas filosóficas relativamente à própria natureza da disciplina e às questões que devem ou não ser consideradas como fundamentais. Mas é claro que isso não provaria a sua não existência, e sim apenas a falta de consenso entre os especialistas na matéria para o determinarem de forma satisfatória para todos. Em todo o caso, se olharmos atentamente para o





conjunto da história da filosofia, para as suas principais áreas disciplinares e para as questões centrais que, recorrente e transversalmente, têm ocupado o labor dos filósofos praticamente desde a antiguidade, provavelmente verificaremos que afinal talvez não seja preciso determinar *a priori* um critério universal de fundamentabilidade das questões filosóficas nem ter necessariamente que obter um tal consentimento por parte dos especialistas, uma vez que a inspecção histórico-sistemática parece ser suficiente para estabelecer, se não como certeza insofismável para além de qualquer dúvida razoável, ao menos como hipótese racionalmente muito plausível, a ideia de que existirá de facto um conjunto finito de questões filosóficas fundamentais que ocuparam no passado, ocupam no presente e previsivelmente continuarão a ocupar no futuro os filósofos, constituindo, por assim dizer, o núcleo duro relativamente intemporal de cada uma das disciplinas em que a filosofia se deixa dividir, desde a lógica à metafísica, da epistemologia à ética, da filosofia política à estética, etc. Questões sobre como raciocinar ou argumentar correctamente, sobre a estrutura última da realidade, sobre a causalidade, sobre o determinismo e o livre-arbítrio, sobre Deus, sobre o sentido da vida, sobre como se deve viver e agir, sobre o conhecimento, sobre a a melhor forma de comunidade ou de governo, sobre conceitos e valores essenciais como o bem, a justiça, a verdade, a liberdade, a felicidade, a beleza e a arte, sobre a relação entre o pensamento, a linguagem e a realidade, sobre a relação entre mente e corpo, ou sobre o quê, o porquê e o para quê de tudo isto, são algumas das questões fundamentais que podemos apurar nessa inspecção e que provavelmente reuniriam um largo consenso filosófico relativamente à sua centralidade - isto se exceptuarmos o caso de alguns filósofos mais excêntricos ou idiossincráticos, que nem mesmo nisto concordariam. Portanto, mesmo sendo verdade que ao longo da história da disciplina muitas questões novas surgiram, dando inclusive origem a novas áreas disciplinares à medida que os próprios filósofos foram progressivamente deixando de ser

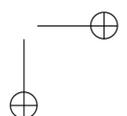
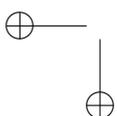




construtores de sistemas gerais individuais e foram passando de generalistas a especialistas, também não deixa de ser verdade que existem algumas questões mais ou menos perenes que recorrentemente atravessam a multissecular história da filosofia e a organizam internamente na sua divisão disciplinar, quais pontos de fuga para onde convergem ou de onde divergem todas as outras que em torno delas orbitam como questões-satélite mais ou menos secundárias. Assim, a despeito de possíveis exceções quanto a qualquer nova inclusão ou exclusão futura desse repertório filosófico universal e perene, se pudermos confiar indutivamente na ideia de que o futuro guardará pelo menos algumas semelhanças significativas com o passado e com o presente, tendo nós, por conseguinte, boas razões para crer que aquilo que até agora, e quase desde a origem, pese embora toda a mudança e diversidade, tem permanecido relativamente estável e unificado, talvez se possa concluir com alguma razoabilidade que não só existiu no passado, como existe agora e provavelmente continuará a existir no futuro, de facto, um conjunto finito de questões filosóficas fundamentais, justificando-se por consequência acreditar na verdade da 1ª premissa, que o dilema em causa simplesmente exigia que se assumisse como verdadeira.

Premissa 2: Num futuro distante, as questões fundamentais da filosofia ou serão satisfatoriamente respondidas ou descartadas, ou não serão satisfatoriamente respondidas ou descartadas.

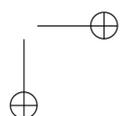
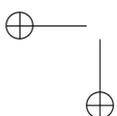
Comecemos pela primeira parte da premissa. Será que as questões fundamentais da filosofia alguma vez serão satisfatoriamente respondidas? À luz do seu passado e do seu presente, não será legítimo duvidar da verdade desta proposição? Que razões temos nós para acreditar de forma justificada que é verdade que, algures no futuro, as questões filosóficas fundamentais serão satisfatoriamente respondidas ou satisfatoriamente descartadas, com estas últimas porventura remetidas para outros campos de investigação,

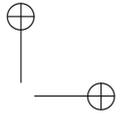
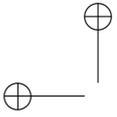




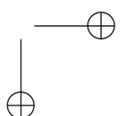
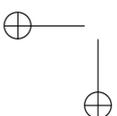
como é o caso das ciências? Por acaso alguma questão filosófica fundamental foi, até hoje, satisfatoriamente respondida? E o que poderia isso significar, ser satisfatoriamente respondida? Ser resolvida de modo indubitável? Conseguir reunir um consenso geral por parte dos filósofos relativamente à solução encontrada? Descobrir uma resposta de tal forma solidamente justificada que estivesse para além de qualquer dúvida razoável? Encontrar uma prova ou evidência absoluta da sua verdade? Mas, voltamos a repetir a pergunta, acaso já alguma questão filosófica fundamental foi, no passado ou no presente, respondida de alguma destas maneiras ou satisfazendo algum destes critérios? Se a resposta for negativa - e toda a evidência história assim o indica, com possível excepção daquelas questões que se tornaram objecto da ciência e possam já ter sido resolvidas -, então que razões podemos ter para pensar que o futuro será diferente do passado e do presente? Se é certo que não há evidência indutiva suficiente para concluir que o não seja, também é igualmente certo que não há evidência indutiva suficiente para concluir que o seja, muito pelo contrário. Na verdade, se quisermos tomar o passado como modelo de referência daquilo que justificadamente poderemos esperar no futuro, então parece que temos mais e melhores razões para acreditar que é muito mais provável que nenhuma questão filosófica fundamental venha alguma vez a ser satisfatoriamente respondida do que o contrário, que todas elas ou sequer alguma delas o venha a ser, mesmo que num futuro distante. Assim, se por um lado não é lógica ou epistemicamente possível eliminar a possibilidade de que essas questões venham a ser satisfatoriamente respondidas num futuro distante, também não é possível descartar a possibilidade de que o não venham de todo, permanecendo, por consequência, essa mesma questão filosófica em aberto.

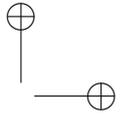
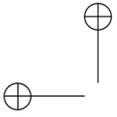
E quanto a serem ou não satisfatoriamente descartadas do domínio filosófico, talvez para o científico? Bem, se é verdade que também aqui temos alguns exemplos históricos de questões que fo-





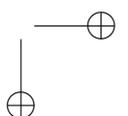
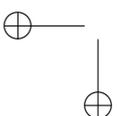
ram outrora consideradas filosoficamente fundamentais e que migraram do domínio filosófico para o científico, tão logo a ciência encontrou meios de as tentar resolver por meios empírico-formais, não é menos verdade que tais exemplos históricos, tanto pela sua quantidade como pela sua qualidade e relevância, não justificam de modo algum concluir-se que todas as questões filosóficas não satisfatoriamente resolvidas estarão inevitavelmente condenadas a ser satisfatoriamente deslocadas para qualquer outra disciplina ou âmbito de investigação. Para além de existirem muitas questões filosóficas fundamentais não satisfatoriamente resolvidas que ainda não foram excluídas do seu domínio próprio de investigação, continuando a constituir o núcleo duro da maior parte dos projectos de investigação filosófica, mesmo aquelas que, no seu todo ou em parte, foram historicamente transferidas para fora do domínio propriamente filosófico continuam, de forma directa ou indirecta, cíclica ou permanentemente a ser objecto daquela investigação, dado esta não re-conhecer fronteiras definidas em termos objectivos e poder exercer-se mesmo sobre aquelas questões que foram outrora exclusivamente suas mas tendo entretanto transitado para o domínio científico. É o caso, por exemplo, das questões físicas, cosmológicas, lógicas ou psicológicas, as quais, não obstante terem conquistado uma definição e um espaço próprio no âmbito da ciência, sendo investigadas por meio de uma metodologia científica que recorre a procedimentos formais e/ou empíricos específicos de cada disciplina, em função da natureza particular dos problemas ou objectos por esta tratados, não deixam por isso de ser também objecto de inquirição filosófica quanto aos seus fundamentos metafísicos ou meta-lógicos, implicações epistemológicas ou morais. Na verdade, muitas dessas questões originalmente filosóficas que pareciam definitivamente arredadas do seu âmbito original retornam com frequência a este, muitas vezes por iniciativa dos próprios cientistas, ou simplesmente porque a investigação científica se revela impotente para lhes responder de forma satisfatória usando os seus

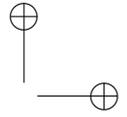
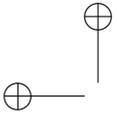




meios próprios, deixando assim espaço aos filósofos para as recuperar naquela fronteira indefinida, fluida, móvel e difusa que separa a filosofia da ciência. Portanto, não só não temos qualquer garantia apriorística de que as questões fundamentais da filosofia que não venham a ser satisfatoriamente resolvidas venham a ser satisfatoriamente descartadas para outros domínios, como também não temos qualquer garantia do mesmo género de que mesmo aquelas que eventualmente venham a sê-lo aí permaneçam exclusiva e definitivamente, o que, em suma, nos permite concluir que nem sabemos nem podemos saber *a priori* qual é o caso. Ora, como a 1ª parte da premissa 2 exigia que se verificasse necessariamente uma das duas alternativas, se não temos qualquer maneira de saber se assim é ou não, podendo inclusive a verdade ficar indeterminada a meio caminho entre ambas, temos aqui um primeiro problema sério com a validade do dilema em causa.

E quanto à segunda parte da premissa, aquela que afirma que as questões fundamentais da filosofia ou não serão satisfatoriamente respondidas ou não serão satisfatoriamente descartadas para outros domínios de investigação, temos nós razões mais sólidas para acreditar que alguma delas, ou que uma e só uma delas se verificará necessariamente? Uma vez mais, para além de não termos qualquer garantia racional ou empírica de que assim será obrigatoriamente, uma vez que não sabemos nem podemos saber agora, com base no conhecimento actual do passado e do presente, se alguma questão filosófica fundamental virá ou não a ser satisfatoriamente resolvida no futuro, da mesma forma, e pelas mesmas razões já apresentadas atrás, não podemos saber *a priori* se alguma virá a ser satisfatoriamente descartada para outros domínios disciplinares sem possibilidade de retorno ou indefinição de fronteiras. Em suma, tal como não podemos saber agora se no futuro distante as questões fundamentais da filosofia serão satisfatoriamente respondidas ou satisfatoriamente descartadas, do mesmo modo não sabemos nem podemos saber no presente momento se as questões



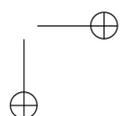
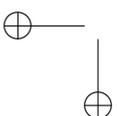


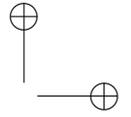
filosóficas fundamentais não serão satisfatoriamente respondidas ou não serão satisfatoriamente descartadas para outras disciplinas ou domínios de investigação. Tampouco podemos saber *a priori* se algumas delas o serão ou não, quanto mais todas elas, como a premissa implicitamente pressupõe. E se o valor de verdade de cada uma das proposições que compõem a premissa 2 permanece assim indeterminado, o mesmo acontece com o valor de verdade do duplo dilema que cada uma delas estabelece com a sua alternativa rival, não tanto por aquela razão, uma vez que é possível saber-se *a priori* que apenas uma de duas alternativas é verdadeira mesmo quando não sabemos qual delas é, mas sim porque nem sequer sabemos se elas são verdadeiramente alternativas mutuamente exclusivas, por a verdade de uma implicar necessariamente a falsidade de outra, sendo possível que neste caso ambas possam ser verdadeiras ou falsas, consoante os casos e aquilo que o futuro vier a revelar. Ora, se não sabemos nem podemos saber actualmente se num futuro distante as questões fundamentais da filosofia serão ou não satisfatoriamente respondidas ou descartadas, que dizer então do valor de verdade do conjunto da premissa 2? Que não sabemos nem podemos saber actualmente qual é esse valor, logo que é indeterminado.

Vamos agora à premissa 3, a qual pretende ser uma conclusão logicamente necessária da relação entre as anteriores:

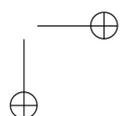
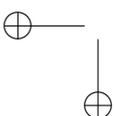
Premissa 3: Se as questões fundamentais da filosofia forem satisfatoriamente respondidas ou descartadas, então a filosofia enquanto projecto fundamental de resolução de problemas não terá qualquer futuro.

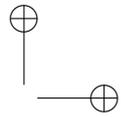
Se, como concluímos atrás, não pudermos dizer, com conhecimento de causa e certeza absoluta, que as questões fundamentais da filosofia virão a ser ou não satisfatoriamente respondidas ou descartadas, então também não podemos estar certos e seguros de que, seja qual for o caso, tal facto implique necessariamente que





a filosofia entendida como projecto fundamental de resolução de problemas não tenha qualquer futuro. Ou seja, se não podemos estar certos do valor de verdade das premissas, também não podemos estar certos do valor de verdade da conclusão. Mas como não? Então que futuro pode a filosofia ter se as suas questões fundamentais forem resolvidas ou descartadas de forma satisfatória? Nenhum, não verdade? Não, errado. Pode continuar indefinidamente a tentar resolver, dissolver, eliminar ou descartar todas as outras questões não fundamentais que igualmente a compõem, assim como todas as outras que eventualmente venham a surgir e a ser incorporadas no seu projecto. Além disso, se não sabemos sequer se alguma delas ou todas elas virão futuramente a ser satisfatoriamente resolvidas ou descartadas, como podemos ter a certeza de que aquela não terá qualquer futuro? Em suma, se não sabemos nem podemos saber no presente se aquelas questões virão ou não a ser satisfatoriamente respondidas ou descartadas, também não sabemos nem podemos saber no presente se a filosofia enquanto projecto de resolução de problemas terá ou não futuro. Mas como pode ela ter futuro se as suas questões fundamentais forem satisfatoriamente respondidas ou descartadas? Em primeiro lugar, se o carácter satisfatório dessas soluções intradisciplinares ou deslocamentos interdisciplinares não for absoluto, indubitável, incontroverso e definitivo; em segundo lugar, se existirem, forem sendo descobertas ou criadas muitas outras questões mais ou menos periféricas ou secundárias que possam alimentar indefinidamente a investigação filosófica; em terceiro lugar, mesmo que se chegue à verdadeira solução ou dissolução, se não existir um critério absolutamente consensual e indiscutível que prove ou demonstre sem qualquer margem para dúvida a todos os espíritos racionais que assim é, que é esse o caso; em quarto lugar, se estivermos enganados quanto ao valor de verdade da primeira premissa e não for verdade que o número das questões filosoficamente fundamentais é finito, podendo ser indefinido ou infinito; em quinto lugar, se não for verdade que as questões fundamentais da

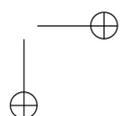
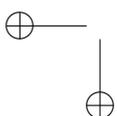


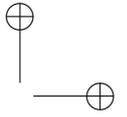


filosofia são, por natureza, humanamente irresolúveis ou humanamente indemonstráveis – questão que também falta resolver ou demonstrar filosoficamente de forma satisfatória e cuja solução condicionaria decisivamente o valor do próprio dilema em causa, e por consequência o juízo de valor resultante da sua análise filosófica –, uma vez que, se porventura essas questões não pudessem, por princípio, ser satisfatoriamente respondidas, então só nos restaria excluí-las do âmbito filosófico e ocuparmo-nos com outras questões não fundamentais, migrarmos nós próprios para outra disciplina ou simplesmente desistirmos de as tentar resolver, não é verdade? Não, também não é verdade. E isto porquê? Porque mesmo que soubéssemos *a priori* que essas questões não poderiam ser satisfatoriamente respondidas isso não implicaria necessariamente o abandono da filosofia enquanto projecto fundamental de resolução de problemas. Mas porquê? Porque, por um lado, como já foi dito atrás, existem, e previsivelmente sempre existirão, muitas outras questões não fundamentais em número mais do que suficiente (até porque é crescente e sempre em aberto) para alimentar e, portanto, justificar a continuidade e permanência da investigação; em segundo lugar, porque é perfeitamente possível prosseguir indefinidamente uma demanda pelo prazer da própria demanda, mesmo que se saiba à partida que ela não tem conclusão possível, dado que ela pode conter em si mesma virtualidades humanas, morais, cognitivas, emocionais, práticas, existenciais, estéticas, ou outras, que o justifiquem plenamente enquanto tal, tanto por aquilo que proporcionam aos próprios investigadores como a todos aqueles que possam, directa ou indirectamente, usufruir do seu trabalho. E isto leva-nos à última premissa, a qual, à semelhança da anterior, também pretende ser uma conclusão logicamente necessária da relação entre as anteriores:

Premissa 4: Se tais questões não forem satisfatoriamente respondidas ou descartadas, então nós teremos (ainda mais) uma evidência indutiva muito forte de que

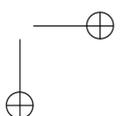
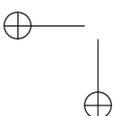
www.lusosofia.net

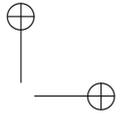
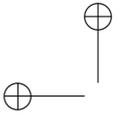




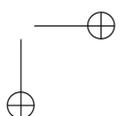
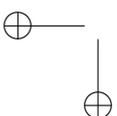
elas não podem ser respondidas ou descartadas, caso em que devemos desistir de lhes tentar responder, pelo que a filosofia como projecto fundamental de resolução de problemas não terá qualquer futuro.

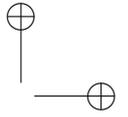
Ora, como já frisámos atrás, se não podemos saber à partida nem se tais questões vão ou não ser satisfatoriamente respondidas ou descartadas, nem sequer, seja qual for o caso, se essas alternativas são ou não verdadeiramente incompatíveis ou logicamente contraditórias, isto é, se a verdade de uma implica ou não necessariamente a falsidade da outra, ou seja, por outras palavras, se a lógica formal é insuficiente neste caso para assegurar uma conclusão que não seja apenas dedutivamente válida mas também verdadeira, posto que a incompatibilidade lógica entre as alternativas de um dilema depende da impossibilidade real da sua simultaneidade, dependendo esta, por sua vez, não só do valor de verdade de cada uma das alternativas, mas também do significado e referência exactos do que nelas se diz, então por maioria de razão não podemos estabelecer com segurança, ainda que meramente indutiva ou probabilística, que o facto de tais questões não terem sido até agora, ou mesmo num futuro distante, satisfatoriamente respondidas ou descartadas nos fornece razão suficiente para acreditarmos que jamais o serão, e que, por conseguinte, a melhor atitude a tomar é desistirmos de lhes tentar responder. E isto, em primeiro lugar, porque o facto de não termos conseguido, durante um tempo X e até ao momento Y, seja qual for o seu valor real, resolver ou descartar satisfatoriamente essas questões não nos garante de todo que elas não possam ser satisfatoriamente resolúveis ou descartáveis, mas tão só que nesse período de tempo e até à data referida não o foram, podendo perfeitamente vir a sê-lo no futuro. Talvez se possa mais facilmente compreender a fraqueza desta inferência se usarmos um argumento de analogia com a ciência ou a tecnologia: imagine-se o que seria se os nossos antepassados de há mil ou dois mil anos atrás tivessem decidido concluir que, dado o imenso tempo histórico e



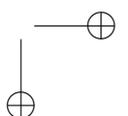
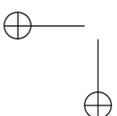


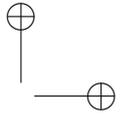
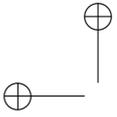
pré-histórico passado, se até ali nunca a humanidade tinha sido capaz de compreender de forma racionalmente satisfatória o porquê de certos fenómenos naturais, como sismos, terramotos ou vulcões, ou perceber e curar certas doenças e pragas, então nunca o seria capaz de fazer no futuro; ou concluírem, no século XIX, que se até a esse século o Homem nunca tinha conseguido voar ou ir até à Lua, então também nunca o conseguiria fazer no futuro. Logo, continuando a raciocinar indutivamente, fosse qual fosse o caso, sempre que nos deparássemos com um problema que não tínhamos conseguido resolver num tempo finito T , isso dar-nos-ia razão suficiente para desacreditarmos de todo e ao mesmo tempo na existência de uma solução para o dito e na nossa capacidade para o resolver, justificando assim, por consequência, racionalmente a decisão de desistirmos de o tentar resolver. Transpondo este argumento de volta à filosofia, caso o aceitássemos como válido, teríamos assim a justificação racional indutiva para descrença céptica na possibilidade e valor da filosofia, logo para a abandonarmos à sua sorte por morte declarada ou anunciada. Mas quando é que seria exactamente o momento para o fazermos, quer dizer, quando é que estaríamos filosoficamente justificados a concluir essa dupla impossibilidade de resposta ou transferência satisfatórias das questões fundamentais da filosofia e, portanto, racionalmente autorizados a desistir de lhes tentar satisfatoriamente responder ou descartar? Quando estivéssemos cansados de o tentar? Quanto tempo seria esse tempo, afinal, para podermos concluir, de forma também ela filosoficamente satisfatória, que não seria possível resolver ou descartar as questões fundamentais da filosofia? Um século? Um milénio? 10 milénios? Mas será esse verdadeiramente o caso? Como podemos nós saber se, mesmo admitindo que seja verdade que as questões fundamentais da filosofia (Quais? Todas? Algumas? Muitas? Nenhuma?) não tenham sido até hoje, e até um qualquer futuro distante indeterminado, satisfatoriamente respondidas ou descartadas, isso nos dá alguma garantia filosófica também ela minimamente satisfató-





ria de que nunca o serão nem poderão sê-lo num futuro ainda mais distante, se continuarmos a tentar responder-lhes? Será filosoficamente sensato, prudente e razoável concluir tal coisa? Será esta resposta filosoficamente satisfatória? Mas não será esta mesma questão uma questão fundamental da filosofia? E se o for, uma vez que compromete tanto teórica como praticamente todo valor e viabilidade futura da disciplina, não será esta mesma solução auto-refutante? Pois se ela prescreve como filosoficamente satisfatória uma determinada solução para uma questão decisiva ou central que coloca em causa o próprio sentido e existência da disciplina, então é pelo menos falso que nenhuma questão filosófica fundamental seja susceptível de resposta satisfatória. E não será este mesmo contra-exemplo prova cabal suficiente para refutar por redução ao absurdo o próprio dilema em questão? E se pelo menos uma questão fundamental da filosofia, neste caso, uma sobre si mesma, a sua possibilidade, utilidade e valor, pode ser satisfatoriamente respondida por si própria, porque não há-de outras ou todas as questões fundamentais da filosofia sê-lo igualmente? Claro que não podemos à partida estar certos de que assim é ou de que assim não é, exigindo essa mesma resposta uma investigação filosófica virtualmente interminável para saber qual é verdadeiramente o caso, tanto para esta mesma questão como possivelmente para todas as outras. E se não sabemos nem podemos saber à partida se o são ou não, nem se serão ou não satisfatoriamente descartadas para outros domínios, isso deve porventura induzir-nos à crença nessa impossibilidade, ou, pelo contrário, deve inspirar-nos a continuar à procura de saber qual é a verdadeira resposta para elas? Se porventura desistirmos de tentar responder-lhes, alguma vez saberemos qual é a resposta satisfatória que procuramos para elas ou se estas serão ou não susceptíveis de resposta satisfatória? Como poderemos nós saber a resposta para estas questões se acreditarmos à partida que elas não têm resposta possível e que o melhor que temos a fazer é desistir de as procurar? Não será este argumento uma pescadinha de





rabo na boca, um raciocínio circular, uma petição de princípio e/ou uma profecia auto-realizada? Como a resposta a estas questões parece ser, face aos argumentos aduzidos, suficientemente óbvia para precisar de ser explicitada, resta-nos apenas considerar a conclusão final do dilema para darmos por concluída a nossa análise:

Conclusão: Em suma, quer a filosofia faça ou não progressos, o seu futuro não parece lá grande coisa.

Assim, a fim de evitarmos repetições e redundâncias desnecessárias, face ao exposto atrás, julgamos ter encontrado razões filosoficamente satisfatórias mais do que suficientes para que nos seja permitido duvidar do valor filosófico do Dilema Pessimista do Futuro da Filosofia, dado o mesmo apresentar todos os indícios de que se trata afinal de um falso dilema, tanto no seu todo como nas suas partes, não havendo assim boas razões filosóficas para se acreditar na verdade ou validade da sua conclusão, havendo antes, pelo contrário, muito boas razões filosóficas para se acreditar que também aqui o anúncio da sua morte é manifestamente exagerada. E isto porque, mesmo sem possuímos *a priori* quaisquer garantias absolutas de alguma vez o virmos a conseguir, seja para tentar defender a possibilidade e valor da filosofia, seja para tentar defender a sua impossibilidade e vacuidade, como não temos outro remédio que não seja filosofarmos, como bem notou Aristóteles, então também aqui, seja qual for o caso, só o poderemos eventualmente saber se filosofarmos, pelo não se vislumbra outra alternativa filosoficamente satisfatória que não seja continuarmos indefinidamente a filosofar para tentar saber a resposta a esta e a todas as outras questões filosoficamente fundamentais, o que, a ser verdade, parece simultaneamente desmentir o prognóstico pessimista do dilema e abrir uma otimista janela de esperança indefinida para o futuro da filosofia.

